



Jornada 6x1 - Setor produtivo alerta para aumento da inflação e desemprego

Acesse o QR Code e confira a matéria no site.

FETRANSUL

Durigan diz que País precisa de responsabilidade fiscal

Ministro da Fazenda criticou metas irreais e defendeu economia sólida

/ CONJUNTURA

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou ontem que promessas da direita de entregar superávit de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) não são críveis e representam uma ilusão vendida ao eleitorado. “A direita fala em superávit de 1,5% do PIB e isso não é crível, compra quem quer”, disse, ao participar do 9º Incorpora Abrainc - Rotas para 2027, para uma plateia majoritariamente formada por empresários da construção civil.

Ele alertou sobre promessas consideradas inexequíveis no debate público. “Compramos ilusão como compramos no passado é um erro”, disse.

Durigan afirmou que a agenda econômica precisa combinar responsabilidade fiscal, credibilidade e um esforço contínuo para melhorar as contas públicas, sem “mágicas” ou soluções fáceis. “O País precisa de responsabilidade fiscal e muito trabalho”, disse.

Na avaliação do ministro, o governo tem como desafio imediato avançar na redução da taxa de juros e reforçar um regime fiscal confiável. “Temos que rever a taxa de juros e fazer uma política fiscal crível”, declarou.

O ministro também buscou reforçar a disposição do governo de manter e aperfeiçoar o arcabouço fiscal. “Fizemos uma regra fiscal, que precisa melhorar, e que tem de se manter”, afirmou.



TÂNIA MEINERZ/JC

Ministro pontuou, no entanto, que indicadores atuais são favoráveis

Segundo ele, a previsibilidade do regime é condição para a queda estrutural do juro e para a melhora das expectativas, com efeitos diretos sobre investimento e crescimento.

Ao comparar o desempenho macroeconômico do governo com o de gestões anteriores, Durigan disse que os indicadores atuais são favoráveis e que a inflação está em patamar historicamente baixo. “Inflação no Brasil é a mais baixa de todos os governos”, afirmou. Ele acrescentou que, na comparação dos números, dos dados, atual governo não perde para o anterior.

Ele voltou a criticar a condução fiscal do governo passado, dizendo que houve expansão de despesas sem o correspondente endereçamento das fontes de compensação. “O governo anterior fez

maluquice com fiscal; com gastos sem dizer onde tirar o dinheiro”, afirmou. O ministro também disse que a atual gestão não sofreu rebaixamentos por agências de classificação de risco. “No nosso governo não tivemos rebaixamento de nota de crédito”, declarou.

Em recado ao setor de construção, Durigan afirmou que medidas de estímulo e desoneração foram adotadas pela atual administração, inclusive na pauta trabalhista. “Foi o atual governo que desonerou folha de pagamento”, disse aos empresários.

Ao final, o ministro procurou reforçar seu compromisso com a agenda econômica do governo e minimizou leituras de permanência no cargo como questão pessoal. “Eu me movo por princípios e não por apego ao cargo”, afirmou o ministro.

STF forma maioria para excluir créditos de ICMS do PIS/Cofins

/ TRIBUTOS

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para excluir da base de cálculo do PIS e da Cofins os valores de créditos de ICMS concedidos pelos Estados. A vitória dos contribuintes pode custar até R\$ 16,5 bilhões para a União, de acordo com estimativa da Receita Federal.

O julgamento, ocorreu ontem, e até o fechamento desta edição já havia maioria formada a favor do contribuinte no plenário virtual desde 2021, mas o placar foi reiniciado no plenário presencial.

A corrente vencedora foi aberta pelo relator Marco Aurélio

(já aposentado).

Ele foi acompanhado por outros três ministros que já se aposentaram - Rosa Weber, Ricardo Lewandowski e Luís Roberto Barroso - e pelos ministros Dias Toffoli e Cármen Lúcia. Na sessão desta quarta-feira, Toffoli mudou o voto que havia proferido no plenário virtual.

O regimento interno do Supremo determina que os votos de ministros aposentados devem ser mantidos mesmo após a mudança no titular da cadeira.

Diante dessa situação, o ministro Alexandre de Moraes ressaltou que o resultado poderá ser alterado no julgamento de recursos,

quando os novos ministros (André Mendonça, Cristiano Zanin e Flávio Dino, além do sucessor de Barroso) poderão se manifestar.

“Este é um daqueles casos em que a existência de quatro votos de ministros que já se aposentaram possivelmente fará com que, em breve, nós tenhamos que rediscuti-lo, porque os embargos de declaração colocarão quatro ministros, que não votaram ainda, na votação”, disse Moraes. O caso teve placar inicial de seis votos a cinco no plenário virtual do STF, em 2021, quando prevaleceu o entendimento de que o benefício fiscal estadual não representa riqueza própria da empresa nem faturamento.

FETRANSUL

A Força do Transporte e da Logística no RS

TRANSPORTE & LOGÍSTICA

Jornada 6x1

Setor produtivo alerta para aumento da inflação e desemprego

CNI, CNT, CNC, CNA, Cnseg e OCB consideram a discussão importante, mas manifestam preocupação com votação em período eleitoral. Tema precisa ser debatido com mais tempo. A FETRANSUL se alinha com a manifestação das entidades confederativas empresariais.

O setor produtivo brasileiro considera legítima a discussão da escala 6x1, mas manifesta preocupação com a inclusão na pauta de votações do Senado Federal da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019, em pleno período eleitoral. A PEC prevê a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e a adoção de dois descansos remunerados por semana, proibindo a escala 6x1.

As confederações empresariais alertam que o tema precisa ser debatido com tempo e cuidado, pois decisões dessa dimensão precisam levar em conta seus efeitos sobre a economia, os investimentos e a criação de empregos formais. Para as instituições que assinam esse manifesto, não há justificativa plausível para que uma matéria de tamanho impacto sobre os setores econômicos seja votada sem um amplo e aprofundado debate, especialmente em um momento marcado pela pressão das urnas.

Os efeitos de uma eventual redução da jornada de trabalho serão significativos para setores como indústria, comércio, transporte, agricultura, cooperativismo, saúde e serviços em geral, provocando aumento dos custos de produção, redução das contratações formais e a consequente pressão sobre a inflação.

Estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) dimensionam os impactos de uma eventual aprovação da PEC. Somente a redução da jornada para 40 horas semanais, com manutenção dos salários, elevará os custos de produção em até R\$ 267,2 bilhões e resultará em uma queda de 0,7% do PIB brasileiro, equivalente a R\$ 76,9 bilhões.

Dados da CNI mostram também que os preços para o consumidor terão alta de 6,2% em média caso o limite semanal de horas de trabalho seja reduzido para 40 horas semanais, impactando no aumento dos preços de compras em supermercado, por exemplo, que podem ficar 5,7% mais caras. Os produtos industrializados terão alta de 6% em média - no caso de roupas e calçados a alta de preços pode alcançar 6,6%.

Já a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima alta da inflação de pelo menos 13%, enquanto a Confederação Nacional do Transporte (CNT) projeta um aumento inicial de R\$ 11,9 bilhões de custos com mão de obra só para o setor.

Na agropecuária, a mudança ocorreria em um setor que já enfrenta forte escassez de mão de obra. Pesquisa do Cepea/Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), mostra que 94,8% dos produtores têm dificuldade de contratação e 88,3% já percebem impactos na produção. Nesse cenário, a redução da jornada poderá induzir a produção de alimentos que possuem menor demanda por mão de obra, pressionando assim, os preços dos produtos e ampliando os desafios para o controle da inflação no País.

A essas projeções deve ser acrescido, ainda, o aumento de custos com o emprego formal decorrente da criação de um segundo dia de descanso semanal remunerado. Somente esse trecho da PEC deve acarretar outro aumento de custos com os empregos formais, estimado em 9,1%, inclusive para empresas e para o setor público, que já operam em 40 horas e 5 dias de trabalho semanais.

O setor produtivo reconhece a importância da discussão sobre jornada e escala de trabalho, mas defende que eventuais mudanças no tema considerem as profundas diferenças entre setores, atividades e processos produtivos, bem como a possibilidade de adaptação da jornada por negociação coletiva e de regras de transição mais flexíveis, o que requer mais tempo para discussão.

O Brasil não pode ir na contramão das economias que buscam recuperar espaço nos mercados. Precisamos ser produtivos e competitivos. Não há espaço para retroceder, especialmente nesse momento. O pós-eleição obrigará o país a fazer algumas correções de rumo que certamente impactarão a inflação e a economia brasileira.

As confederações empresariais, portanto, consideram inoportuna a decisão de votar a PEC em um momento em que o debate público estará marcado pela polarização em torno do segundo turno das eleições presidenciais. Somente com maturidade e diálogo social será possível avançar na construção de um futuro do trabalho mais justo, produtivo e equitativo para todos os brasileiros.

www.fetransul.com.br